

## **FORMAÇÃO DE NÚCLEOS AGROEXPORTADORES CAFEEIROS : OS MODELOS PAULISTA, FLUMINENSE E MINEIRO**

MÔNICA RIBEIRO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

No presente artigo analisaremos três diferentes modelos de transição para uma economia agroexportadora. A trajetória do tradicional núcleo agrário paulista instalada no Vale do Paraíba será analisado através da ótica de diferentes teses que, para além de suas abordagens singulares e, muitas vezes, regionalizadas, enfocam a transição a partir de uma acumulação prévia originária de atividades agrícolas anteriores, sem uma intervenção direta de capitais e agentes mercantis. Já a formação do núcleo agrário fluminense, também instalado nas margens do Rio Paraíba, esteve vinculada aos altos investimentos de capitais de "grosso trato" sediados na praça mercantil do Rio de Janeiro que teriam sido reinvestidos nas fronteiras abertas da região. O terceiro modelo ao qual nos debruçaremos, centro de nossas reflexões para uma tese de doutoramento, foi aquele instalado na zona da Mata mineira, às margens do Rio Paraíba<sup>2</sup>. Este, longe de ter sido um prolongamento do sistema agrário fluminense, partiu de investimentos endogenamente produzidos na província mineira, noutras comarcas geograficamente distantes, mas interligadas por rotas de comércio em direção à Corte do Rio de Janeiro. Seus agentes mercantis que poderiam atuar pessoalmente e/ou como parte de seus "negócios familiares", instalaram-se nas terras virgens da Mata mineira, dando origem a montagem de um núcleo agrário-exportador cafeeiro. Buscamos analisar as semelhanças e dessemelhanças dos processos acontecidos nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, contrapondo ao mineiro, modelo ao qual nos debruçamos com uma caracterização mais ampla e profunda.

### **O CASO PAULISTA :**

Os estudos sobre a expansão cafeeira no Vale do Paraíba Paulista são muitos. Há, praticamente, um consenso na historiografia de que os menores custos de produção do café teriam aberto as possibilidades de acumulação a um amplo contingente de população, formado não apenas por proprietários escravistas, mas, também, pelos não-escravistas. Em que pese as diferentes abordagens sobre as diversas localidades do Vale do Paraíba Paulista, todos trabalhos acentuam que a introdução do café deveu-se aos pequenos proprietários com utilização de mão-de-obra doméstica e que somente com a consolidação da sua produção e de sua comprovada rentabilidade, foi que os grandes proprietários assumiram a liderança da lavoura.<sup>3</sup>

Para o caso específico de Lorena, Renato Leite Marcondes, utilizando vasta documentação empírica, comprova a participação de pequenos e médios agricultores nos primórdios da cafeicultura da localidade. A produção da rubiácea teria começado nos domicílios produtores de alimentos para subsistência até adquirir uma certa importância em

relação às outras culturas. O autor observa a associação da produção de café com a cana - de - açúcar e um grande interesse dos cafeicultores em manter a produção dos derivados dessa última .Portanto, a grande expansão do café deveu-se à rápida transferência de recursos aplicados ou acumulados anteriormente no cultivo dos bens de subsistência ou exportação e em atividades comerciais.<sup>4</sup>

Francisco Vidal Luna ao debruçar-se sobre a vila de Areias, corrobora as conclusões acima ao considerar que :

*Admitida a hipótese de que a transição dos cultivos de subsistência para a cafeicultura realizava-se facilmente em nível das unidades produtivas, e havendo nessas unidades recursos de mão-de-obra disponíveis, ainda que não ociosos, a cafeicultura teve a possibilidade de crescer rapidamente, à medida que se mostrava uma alternativa viável, tanto do ponto de vista do cultivo, quanto do ponto de vista comercial .<sup>5</sup>*

No mesmo sentido, as conclusões de Flávio Mota e Nelson Nozoe para Bananal comprovam que o café cresceu não entre os grandes, mas, sim, entre aqueles de poucos recursos e pouca mão-de-obra . A cultura do café teria sido uma alternativa , uma opção à diversificação frente a uma economia marginal de alimentos. O caráter de atividade acessível aos pequenos cabedais pôde avolumar as possibilidades de acúmulo e, com o tempo, especializou-se no café e esse perdeu seu caráter acessório.<sup>6</sup>

*A acessibilidade da cafeicultura, ademais, ensejou a sua difusão, marcadamente enquanto atividade acessória, por domicílios possuidores de recursos de magnitudes variadas. Uma vez encetada, porém, essa lavoura abriu aos seus desenvolves oportunidades, ao que tudo indica, positivamente diferenciadas em termos da acumulação realizada em escravos. Esse efeito do cultivo da rubiácea implica a magnificação dos seus atrativos, o que aponta para uma gradual perda do caráter acessório tão fundamental nos primevos de sua disseminação. <sup>7</sup>*

Outros trabalhos abordam a transição de uma economia de subsistência, com estritas vinculações com o mercado, para uma dinâmica economia agroexportadora, tendo a província de São Paulo como foco principal, através de uma proposta teórico-metodológica diversa daquela utilizada pelas obras anteriores .Dois desses trabalhos, como os de Elizabeth Kusnesoff e Carlos Bacelar ,primam por uma análise que transcende ao estudo das origens e formação de uma forte elite agrária vinculada à exportação. Esses trabalhos propõem-se a analisar os reflexos das transformações econômicas nas estruturas familiares , nas redes de parentesco, nos padrões demográficos, dentre outros . Um elemento que caracteriza essas obras, principalmente a de Carlos Bacelar, foi a opção metodológica, na qual a pesquisa empírica partiu do entrecruzamento de fontes cartoriais, administrativas e paroquiais, num amplo esforço de reconstituição das sociedade coloniais.

Seu trabalho dedica-se ao estudo de Sorocaba , cidade que durante os séculos XVIII e XIX ganhou grande proeminência regional, atuando como posto avançado de desbravamento do sertão e de apresamento do índio, ou mesmo como sítio preferencial para a comercialização maciça do gado proveniente do sul. Estuda o tropeirismo como fonte de acumulação de capital, consolidando fortunas em um período anterior ao surgimento da lavoura canavieira do oeste paulista.<sup>8</sup>

Bacelar analisa, sob o ponto de vista demográfico, essa sociedade que se estruturou às margens do grande circuito agroexportador e foi fortemente influenciada pelo

vertiginoso crescimento econômico das áreas mineradoras, canavieiras e cafeicultoras. Com relação a nossa proposta de investigação, seu trabalho mostra uma outra forma de perceber a transição, estudando uma economia voltada para o abastecimento interno, atividades mercantis e, voltada, secundariamente, voltada para a agroexportação. Sem deixar de fazer parte do complexo açucareiro paulista, Sorocaba estava às margens da lavoura canavieira,<sup>9</sup> conseguindo estruturar-se em latifúndios, com uso de mão-de-obra escrava, abrindo caminho para a introdução da cafeicultura durante a segunda metade do século XIX. A sua singularidade está no fato de que a produção do açúcar, embora marginal, permitiu a consolidação de algumas fortunas oriundas, prioritariamente, das atividades mercantis.

Já o trabalho de Kusnesoff,<sup>10</sup> analisa as grandes influências da economia paulista nos séculos XVIII e XIX na estruturação e comportamento da família. Entre 1765 e 1836, a passagem, em São Paulo, de uma economia de produção para o uso, para uma de produção para o mercado, implicou uma dramática reorientação da existência social e atividades produtivas, ocorrendo todo um movimento demográfico como decorrência dessa transição. Dentre outros fatores, as famílias tornaram-se mais complexas; nas famílias urbanas, a mulher passou a controlar mais a economia doméstica; nas rurais, ocorreu uma maior concentração de escravos e de terras; e as famílias de elite cresceram no tamanho e na complexidade.

Essas diferentes abordagens são complementares ao enfocarem, no seu conjunto, aspectos econômicos e antropológicos do processo de transição de uma economia de subsistência, com diferentes vínculos com o mercado, para uma economia agroexportadora em São Paulo. Igualmente partiram de um mesmo princípio, ao comprovarem que a acumulação prévia de capitais originou-se de uma atividade agrícola anterior - no caso, o açúcar e as produções de alimentos - sem a intervenção direta do capital mercantil, o que difere essencialmente dos estudos realizados sobre a expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense.

## **O CASO FLUMINENSE :**

As interpretações da historiografia brasileira, até a década de 1980, sobre as origens da agricultura cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense confluíram, em linhas gerais, para o entendimento da expansão, a partir da migração de grandes proprietários de Minas com fortes ligações políticas com a Coroa, concentrando as principais doações de sesmarias e formando grandes unidades fundiárias, especialmente voltadas para o plantio do café. Essas doações também privilegiaram grandes comerciantes sediados na Corte, enriquecidos através das redes de comércio abastecedoras da Corte.<sup>11</sup>

E. Viotti considera o desaparecimento progressivo das culturas alimentícias pelo avanço do café. O Vale do Paraíba constituía zona pioneira até 1830, sendo apenas cortado por picadas que adentravam para o interior, rumo a Minas Gerais. Nas regiões mineiras, a autora ressalta a expansão por diversos municípios e, em conformidade com C. Furtado (...) *"Famílias das antigas zonas de mineração povoaram os distritos novos das regiões fluminense e paulista dedicando-se à lavoura do café."*<sup>12</sup>

Da mesma forma, S. Stein considera a difusão da cafeicultura a partir da destituição de posseiros pelos proprietários aquinhoados com títulos de sesmarias. Ressalta que a Coroa Portuguesa privilegiou, no período joanino, elementos advindos da burocracia governamental e, posteriormente, numerosos agricultores e antigos mineradores de Minas Gerais, além de comerciantes do Rio de Janeiro. Analisa o papel da Lei de Terras de 1850, garantindo a posse da terra somente aos sesmeiros, possuidores de títulos legais e reconhecidos, regulamentando a propriedade territorial já valorizada pelo avanço dos cafezais, e cristalizando a organização latifundiária da cafeicultura.<sup>13</sup>

Saint - Hilaire que esteve percorrendo o Brasil entre 1816 a 1822, faz a mesma constatação sobre o estabelecimento de antigos mineradores com capitais e escravos nas origens da cafeicultura do Vale :

*Depois que as minas do ouro começaram a se esgotar e a liberdade de comércio passou a dar maior valor aos produtos coloniais, os chefes de família voltaram as vistas para a agricultura e se pode esperar ver multiplicarem-se, dentro em breve, os habitantes nas vastas matas que margeiam a parte dos caminhos de Vila Rica mais próximas ao Rio de Janeiro (...).*<sup>14</sup>

Pelo exposto, todas as investigações atrelam a expansão cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense ao contexto de crise da mineração e destacam a diminuição progressiva da pequena propriedade de alimentos pelo avanço dos latifúndios. No entanto, dois outros trabalhos que estudam a estrutura agrária da região acentuam que, apesar da presença da grande propriedade, havia uma grande diversificação nas dimensões dessas propriedades cafeeiras, percebida através da presença de um vasto número de pequenas e médias empresas.<sup>15</sup>

Alcir Lenharo<sup>16</sup>, ao estudar a questão do abastecimento do Centro\_Sul e a articulação política realizada por diversos agentes mercantis junto à Corte, no contexto de formação do Estado Nacional Brasileiro, introduz um novo enfoque a essa questão, justificando que a colonização do Vale do Paraíba e a expansão da economia cafeeira fora, basicamente, financiada por recursos provenientes do setor de subsistência mercantil. Chega a considerar que comerciantes da comarca do Rio das Mortes, particularmente de São João Del Rei, e comerciantes do Rio de Janeiro povoaram a vasta faixa situada entre o Sul de Minas e a Corte, convertendo-se nos seus principais proprietários, e dedicando-se à produção de gêneros de subsistência, de açúcar e depois, de café. Lenharo analisa o papel dos caminhos abastecedores como promotores da integração econômica e agentes eficazes de povoamento através da valorização das terras e irradiação da economia cafeeira. O autor relaciona a propriedade de terras no Vale do Paraíba com as doações feitas a altos funcionários da Corte, a grandes comerciantes da praça do Rio, ou mesmo àqueles que, graças à prestação de serviços públicos, obtinham benefícios particulares, através da doação de terras.

*O modo como foi se constituindo a classe cafeeira no Centro-Sul pressupõe, pois, um fenômeno peculiar de acomodação social que entrelaçava os setores burocrático e mercantil, instalados na capital, com setores emergentes no interior, oriundos do comércio regional ou da mineração, geralmente procedentes da Comarca do Rio das Mortes.*<sup>17</sup>

A posição de Alcir Lenharo busca valorizar a participação de elementos oriundos do comércio regional mineiro, na composição das primeiras fortunas da economia cafeeira

do Centro-Sul, englobando tanto o Vale Fluminense, quanto a Zona da Mata Mineira. Sua interpretação leva em consideração a dinâmica do mercado regional que se estruturou em Minas na primeira metade do século XIX e a possibilidade de retenção do excedente numa economia altamente mercantilizada.

Inspirando-se nessas importantes considerações de Lenharo, o trabalho de João Fragoso, através de profundo levantamento empírico e elaboração teórico-metodológica, debruça-se nas origens do sistema agrário-exportador fluminense. Rompe com a versão de Viotti e Furtado, para os quais, o sistema em pauta seria fruto de uma mera recriação dos investimentos de tradicionais famílias mineiras em fuga da crise da mineração<sup>18</sup>. João Fragoso recorre ao estudo das grandes famílias da aristocracia cafeeira e encontra, na origem dessas, grandes negociantes das praças do Rio de Janeiro e de Minas Gerais: comerciantes não só ligados à agroexportação, mas, também, ao abastecimento interno, verificando-se a transformação da acumulação mercantil em produção.

*A isso se acrescenta que a possibilidade de uma rápida montagem das fazendas em áreas de fronteira só se torna mais factível quando se percebe que tal processo não é apenas produto de aplicações do capital mercantil, mas montagem de fazendas em áreas de fronteira só se torna mais factível quando se percebe que tal processo não é apenas produto de aplicações do capital mercantil, mas também é resultado de conversões feitas por uma elite de negociantes. Grupo esse que se alimenta do excedente da agroexportação e das acumulações endógenas (reproduções das produções voltadas para o abastecimento interno) e que, simultaneamente, se encontra presente em uma hierarquia econômica altamente diferenciada, ou melhor, marcada por um alto grau de concentração de riqueza .19*

Fragoso ressalta que a conversão da acumulação mercantil em fazendas reafirmou uma sociedade baseada no prestígio social, onde as relações de poder assumiram o papel de relações de produção. Frente à instabilidade do mercado, os investimentos em terras e escravos representavam aplicações seguras, uma opção pelo lucro, uma vez que, os produtos de exportação possuíam melhores preços que aqueles destinados ao mercado interno.<sup>20</sup>

Em que pese o fato de algumas famílias mineiras terem migrado para as recentes fronteiras abertas do Vale do Paraíba Fluminense, coube ao capital mercantil sediado na praça do Rio de Janeiro, "personificado em sua comunidade de comerciantes de grosso trato(...)"<sup>21</sup>, o papel hegemônico na gestação da economia cafeeira fluminense. Essas fortunas mineiras somente tiveram condições de se consolidar em terras fluminenses na medida em que estavam subordinadas à égide do capital comercial centralizado na praça carioca. Portanto, a origem das empresas que se instalaram no Vale fluminense estava vinculada às inversões de negociantes da praça do Rio de Janeiro envolvidos em atividades não só de exportação, mas também do mercado interno mineiro.<sup>22</sup>

Até o presente momento, observam-se dois diferentes modelos de transição de uma economia de produção de alimentos destinados ao mercado interno para uma economia com base na agroexportação de café. Enquanto a presença do capital mercantil sediado na praça do Rio de Janeiro proporcionou o enorme vulto alcançado pelo café nas empresas do Vale do Paraíba Fluminense, a expansão na província paulista, seja no que se refere geograficamente ao Vale do Paraíba Paulista, que se assemelha temporalmente ao

fluminense, seja aquela disseminada algumas décadas depois no Oeste , não se vinculou às malhas do capital mercantil que dificilmente assumiria caráter dominante em São Paulo . Nessa perspectiva, Flávio Saes , em relação à expansão do café no Oeste paulista, chega a considerar que o comissariado santista não teria assumido caráter dominante típico do comissariado do Rio de Janeiro nem nos momentos iniciais .<sup>23</sup> Em outro momento o mesmo autor realçou :

*Estas propriedades foram aumentadas ao longo da fase exportadora de açúcar por compra ou concessão de sesmarias. Ao mesmo tempo a própria produção açucareira permitia o acúmulo de riqueza ( por vezes associada ao transporte por tropas exercidas pelos próprios fazendeiros), riqueza sobre o qual se desenvolve, em seguida, a primeira fase da expansão cafeeira de São Paulo.*<sup>24</sup>

Modelo diverso encontramos na cafeicultura desenvolvida na Zona da Mata Mineira , em área contígua à Província Fluminense. O modelo de transição processado nessa região vinculou-se, historicamente, à província de Minas, num movimento centrífugo de dispersão de suas elites dentro dos limites da própria província. Essas elites estavam vinculadas, tradicionalmente, à mineração e, posteriormente, às redes de abastecimento do Centro-sul . Incorporaram, com o decorrer das décadas do século XIX, novas fronteiras, apropriando-se do crescimento vertiginoso da cultura cafeeira no Sudeste e dos altos preços alcançados por ela nos mercados internacionais.

## **A MATA MINEIRA :**

Até a década de noventa desse século, a zona da Mata Mineira foi pouco estudada e invariavelmente vista a partir da expansão agrária fluminense. Poucos trabalhos propuseram-se a investigar a dinâmica agroexportadora cafeeira fundada em Minas no início do século XIX, predominando, na historiografia, uma visão tortuosa sobre o sistema agrário-cafeicultor ali desenvolvido . O trabalho de Anderson Pires destinado ao estudo do capital agrário, investimento e transição capitalista em Juiz de Fora - Mata Mineira - possibilita a caracterização da dinâmica agroexportadora cafeeira que, em seus traços gerais, assemelhou-se à outros modelos agroexportadores brasileiros, mas detinha uma série de especificidades conduzindo a formação de um outro modelo de transição ao capitalismo, factível de comparações com os modelos fluminense e paulista.<sup>25</sup>

O estudo da Zona da Mata Mineira justifica-se pela importância econômica dessa região ao longo de todo o século XIX e primeiras décadas do século XX, inicialmente através da economia agroexportadora, e, posteriormente, através de uma diversificada estrutura urbana-industrial, que a diferiu, essencialmente, do contexto histórico do século XVIII. A proximidade com o núcleo agroexportador sediado no Rio de Janeiro e a sua ligação com o porto ,por onde se escoava a produção cafeeira ,possibilitou uma certa identificação da Zona da Mata com essa região, não só do ponto de vista econômico, mas também dos pontos de vista social, cultural e político. O núcleo agrário-exportador sediado na Mata reuniu condições para formar e reter capitais internamente, constituindo-se na

principal região produtora da Província<sup>26</sup>. A Zona da Mata correspondia a 5% do território da província, detinha 20% do total da população mineira e concentrava, no século XIX, a maior população escrava de Minas.

A expansão da produção de café na Zona da Mata deu-se nas primeiras décadas do século XIX. Em 1819, Taunay indicou um bom volume de exportações provenientes de Matias Barbosa, e, 20 anos mais tarde, Mar de Espanha, Rio Preto, Além Paraíba e outras, destacaram-se como grandes municípios cafeicultores.<sup>27</sup> A produção acelerou-se a partir de 1850, atingindo o pico no início do século XX. A Zona da Mata teve uma participação de quase cem por cento proporcional à produção geral de café do Estado entre 1847 e 1851, decrescendo um pouco, à porcentagem média de setenta por cento, entre 1886 e 1926.<sup>28</sup> Como podemos notar, a Zona da Mata constituía a principal região produtora de Minas, reunindo condições favoráveis à reprodução da economia exportadora, até nas áreas de ocupação mais antiga, como Juiz de Fora.<sup>29</sup>

Concordamos com João Fragoso quando ele considera que a formação de núcleos exportadores estava inserida na lógica da existência de uma extensa rede mercantil capaz de consolidar fortunas e permitir investimentos na produção, levando à montagem de sistemas agroexportadores. A formação das fortunas, nesse processo, realiza-se previamente, nos circuitos mercantis, verificando-se, em um segundo momento, a transformação da acumulação mercantil em produção.

Consideramos a pré-existência de uma acumulação endógena na província mineira, proveniente de seu dinâmico mercado interno. Famílias se fixaram nas fronteiras abertas da Mata, com fortunas auferidas através das redes de circulação mercantil na Província, seja através das categorias de produtores\_comerciantes; comerciantes\_produtores; produtores\_capitalistas; comerciantes\_capitalistas ou quaisquer outras variações dessas atividades, emaranhadas por uma série de laços de sangue, matrimônios e afiliação ritual.<sup>30</sup> A presença desse capital internalizado na Província mineira definiu as bases de formação da agricultura mineira, possibilitando a constituição de um modelo autônomo de transição para o café, distinto daqueles desenvolvidos no Vale do Paraíba Fluminense e Paulista, mantendo, entretanto, a mesma lógica dos sistemas agro-exportadores.

Portanto, a implantação da cafeicultura da zona da Mata Mineira, longe de depender de um avanço da fronteira ocidental da cafeicultura fluminense e tornar-se uma mera extensão do sistema agrário lá adotado, possuiu um ritmo próprio, reflexo de amplo movimento interno para a província mineira. Esse movimento distinguiu-se daquele do Rio de Janeiro, pela inexistência dos agentes de grosso trato e de seu capital nas origens dos primeiros investimentos. Diferenciou-se, também, do modelo paulista, ao prescindir de uma atividade exportadora anterior capaz de promover uma acumulação de riquezas. O modelo mineiro de expansão cafeeira dependeu sim da aplicação de capital mercantil, mas do capital produzido endogenamente na Província, processando-se uma verdadeira mutação das categorias de produtores de alimentos, comerciantes e capitalistas que passaram a ser elevados à condição de grandes cafeicultores.

Poderíamos num esforço de análise comparativa levantar a hipótese de uma semelhança entre o modelo fluminense e o mineiro. As áreas ocupadas com a produção da rubiácea eram praticamente contíguas, donas das mesmas condições geo-climáticas

favoráveis à adaptação do café .A presença de agentes mercantis ( ou seus descendentes) , bem como de seus capitais provenientes de outras regiões internas às províncias e vinculados ao mercado , constituíram-se em fator propulsor de crescimento e consolidação dos núcleos agrários mineiro e fluminense. Não se percebe nas duas regiões a transição de uma economia de produção de alimentos à produção agroexportadora, menos ainda existiu uma acumulação anterior através de outro forte produto voltado para a agroexportação. Essas constatações nos possibilitam considerar a presença de maior identificação entre esses dois núcleos , em que pese o fato de que o grande gestor do café fluminense tenha sido os capitais advindos da praça mercantil do Rio de Janeiro e seus agentes de grosso trato e, na Mata, tenha partido de seu dinâmico mercado interno e da diversificação de agentes e investimentos proporcionada por este. No entanto, o que confere singularidade ao modelo mineiro é a presença da migração não só de agentes econômicos e investimentos de uma região para outra dentro da província, vinculados direta ou indiretamente ao mercado. Percebe-se a migração de grupos familiares em busca da aquisição de terras como alternativa única de manutenção do nome, patrimônio e status auferidos anteriormente nas regiões mais antigas e tradicionais da província. Esses grupos se caracterizavam por intrincadas redes de parentesco e compadrio e se sobressaíam pela articulação de inúmeras estratégias sócio-econômicas . Abaixo explicitaremos melhor essa questão.

#### **FAMÍLIAS E ESTRATÉGIAS DE PODER NA MATA MINEIRA**

O sistema agrário cafeicultor da Mata Mineira assentou-se em uma vasta teia de relações inter e intrafamiliares, tomadas como veículo de transmissão de capital social e econômico. Uma série de transformações ocorreram desde o processo de abertura da fronteira até a efetiva ocupação nas primeiras décadas do século XIX, através do aumento contínuo da especialização e produção de café nas empresas. Consolidaram-se diversos traços estruturais típicos de sociedades agrário-exportadoras, processando-se, paralelamente, a transformação do capital mercantil - antes dominante na região mineira - em capital agrário, no recente núcleo agrário da Mata .

Esta transformação ocorreu não só espacialmente - através da ocupação de novas terras - , mas também temporalmente, mais articulada ao século XIX mineiro. Uma série de transformações sociais processaram-se , possibilitando a geração de um novo grupo social , originado dos circuitos de produção e circulação da província mineira em direção ao Rio de Janeiro. Referimo-nos à segunda geração de grandes famílias da Comarca do Rio das Mortes que herdaram de seus pais, além de uma parcela de riqueza, já enfraquecida pelo próprio sistema de eqüitativo de herança, um patrimônio ainda maior, que era o nome e o status - uma herança imaterial <sup>31</sup>. A este patrimônio somava-se uma vasta rede de amizades baseadas em prestígio e solidariedade entre importantes famílias, direta ou indiretamente vinculadas ao mercado e à Corte do Rio de Janeiro.

Processou-se o que A . Metcalf, bem como S. Faria, destacam como uma estratégia das famílias de elite para limitar a divisão dos bens da família através das heranças : o incentivo à migração para outras áreas de fronteira . Em Santana de Parnaíba estes jovens saíram em busca de ouro, terras e comércio . Para os jovens de Campos dos Goitacazes, restava a saída na busca de novas oportunidades frente ao insucesso em suceder ao pais nos



engenhos açucareiros<sup>32</sup>. A decisão de emigrar para os jovens da Comarca do Rio das Mortes devia-se à ausência de oportunidades na terra natal e ao esgotamento dos recursos característico de uma região de ocupação mais antiga, cuja herança paterna não poderia beneficiar a todos, sem a fragmentação e o enfraquecimento do patrimônio.

Esta geração consolidou seu poder com base na propriedade de cativos e terras no nascente núcleo agrário da Mata Mineira. Utilizou sua herança paterna, como o nome, prestígio, boas conexões com a sede da Corte, para dar os primeiros passos na montagem do núcleo agrário cafeicultor da Mata.

Procuramos investigar mais profundamente a natureza das relações pessoais que atuaram como pano de fundo da constituição e consolidação das grandes fortunas cafeeiras da Mata. Deparamo-nos com uma sociedade extremamente interligada por laços de compadrio e alianças matrimoniais, caracterizando uma rede de solidariedade, desenvolvida entre os membros da elite em formação. Em uma sociedade pré-capitalista o reconhecimento da condição de parente implicava na aceitação de deveres e obrigações recíprocos.<sup>33</sup>

Para a Europa, André Burguière destaca a influência das variações do quadro demográfico europeu na organização familiar, produzindo diferentes taxas de nupcialidade, fecundidade e mortalidade, gerando um quadro de instabilidade permanente na população européia. Em decorrência dessas flutuações demográficas e também de ordem econômica, surgiram formas familiares extremamente vulneráveis. Na visão do mesmo, a realidade familiar era de longa duração e as suas estruturas mudavam lentamente e existiam para resistir às mudanças, no que ele denomina de uma *"evolução em várias velocidades"*<sup>34</sup>. Para o autor, tornou-se mais útil, então, a distinção de formas familiares através de particularidades culturais do que pela implantação geográfica. Ou seja, não existia nenhuma uniformidade na organização familiar, cada região, cada cultura, criava historicamente seu sistema.<sup>35</sup>

No que tange ao Brasil os estudos mais recentes sobre a família destacam as maneiras pelas quais ela se estruturou e se modificou, como resultado do desenvolvimento econômico<sup>36</sup>. Muitos partem de análises demográficas descobrindo uma pluralidade de modelos e atitudes, nos quais a atuação feminina foi repensada, o patriarcalismo foi questionado, a noção de família extensa foi relativizada e novos grupos sociais passam a ser objeto de análise<sup>37</sup>. Portanto, a noção de uma organização familiar altamente diversificada, específica a cada período e a cada região, suscetível à influência de outros fatores como o econômico e o religioso, por exemplo, torna-se campo privilegiado para pesquisas e redescoberta de novas atitudes e comportamentos familiares.

R. Grahan acentua a imensa importância da família e da casa, considerada como uma das mais resistentes heranças coloniais, além de *"um agudo senso de hierarquia social e a prática constante de prestar favores em troca de obediência"*<sup>38</sup>. O autor destacou que as famílias representavam importante fonte de capital político, na medida em que dedicavam-se a aumentar sua propriedade ao longo de gerações sucessivas. Em outro momento considera:

*A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consangüíneos e, em seguida, a um*

*número igualmente grande de ligações por meio do casamento (...) um pouco mais tênues, os laços de parentesco ritual também eram importantes.*<sup>39</sup>.

Relevante referência desse estudo foi o trabalho de Carlos Bacelar, dedicado ao estudo da família e do sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista. O autor utilizou métodos da demografia histórica para a reconstituição das estratégias desenvolvidas pelas elites paulistas, no intuito da preservação de seu patrimônio e status. Seu trabalho revelou-se altamente inovador, ao perceber as transformações das estruturas familiares na longa duração, em um momento de montagem de um núcleo agrário. Utilizando, principalmente, listas nominativas para vários anos, cadastros de terras e genealogias, Bacelar acompanhou a formação de uma elite agrária regional por quatro gerações, através da reconstituição longitudinal, entrevendo mecanismos de preservação e reprodução das fortunas.<sup>40</sup>

Uma outra referência que assinalou, uma forma singular de concepção da história social, foi a obra de Giovanni Levi. O autor utiliza-se da microhistória ao articular diferentes aspectos da realidade, nos tempos médios e curtos, sem contudo, abandonar as reflexões de longa duração<sup>41</sup>. Levi se debruçou sobre uma minúscula região do Piemonte italiano no contexto de construção da Idade Moderna, centrando seus estudos sobre as estratégias familiares e individuais, com uma instância particular sobre a lógica dos comportamentos econômicos e sobre o funcionamento do mercado de terras. Buscou apreender aspectos múltiplos da experiência coletiva, através da reconstituição em pequena escala. Realizou uma vasta pesquisa prosopográfica, com milhares de menções nominativas, sem contudo, recair na caracterização da estrutura da propriedade, ou mesmo na descrição da evolução dos casamentos, nascimentos e mortes, tão costumeira neste tipo de pesquisa.<sup>42</sup> Outro aspecto inovador de seu trabalho, foi sua opção metodológica, ao utilizar fontes, em sua maioria registros notariais, sem a preocupação com a constituição de séries homogêneas e comparáveis. Para cada personagem, dispôs de fontes específicas, raramente coerentes para outros, no esforço contínuo de reconstituição dos destinos coletivos de uma certa comunidade.

O trabalho de Levi, tal como o de Bacelar, através de propostas metodológicas completamente distintas, partiu de preocupações e referenciais teóricos bastante semelhantes. Ambos propuseram a reconstituição histórica de uma dada comunidade onde as relações de mercado não eram dominantes e as atitudes de solidariedade e cooperação passaram a caracterizar o comportamento social. Perceberam a utilização de diversas estratégias sócio-econômicas, voltadas para a preservação do prestígio e do status, bem como, a função dos laços de parentesco consanguíneo e alianças nas organizações familiares.

Percebe-se, no caso em foco, a função dos matrimônios consanguíneos como instrumento de concentração de fortunas, constituição e consolidação de alianças familiares, bem como a função do compadrio ao vincular famílias de diferentes graus de riqueza, ampliando os nexos entre grupos de parentes e não parentes. O parentesco, ao nosso ver, não se limitou à consanguinidade entre seus membros; pelo contrário, incluía as relações por afinidade e rituais. A terminologia de família extensa ou parentela é mais adequada ao entendimento amplo dos grupos de descendência bilateral de um indivíduo, incluindo ascendentes paternos, maternos, descendentes lineares de várias gerações, colaterais consanguíneos ( tias, tios, sobrinhos e sobrinhas), além de numerosa rede de

parentes não-consangüíneos ( através do casamento), bem como os pretensos parentes, incorporados à família pelas relações de compadrio cerimonial.<sup>43</sup>

André Burguière ao analisar as diferentes formas familiares na Europa, considerou que a força que permitiu que se reproduzissem e se estabilizassem durante três séculos foram os hábitos de sucessão . Estes hábitos determinariam a transmissão dos bens por sucessão ( testamentos) ou por antecipação (contratos de casamento) e asseguraram a reprodução das estruturas familiares, segundo uma escala hierárquica, que inscreveria certa ideologia do universo familiar e da ordem social, ou seja, a maior ou menor preocupação entre a equidade dos filhos.<sup>44</sup>

Considerações como estas são válidas para as sociedades brasileiras, sejam elas formadas por famílias de elite ou famílias camponesas, em um período remoto e/ou contemporâneo. Foi o que revelou o trabalho de Alida Metcalf, sobre Santana de Parnaíba, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, para famílias de elite. A autora analisa as atitudes que governavam os casamentos ou mesmo que definiam o papel dos homens e das mulheres, como tradições que protegiam e determinavam como seriam usados os recursos familiares<sup>45</sup>.

Do total de casamentos realizados pela elite agrária local da Mata mineira, encontramos a maior percentagem de uniões por aliança /afins/ , espiritual configurando a importância dos arranjos matrimoniais . Neste grupo incluímos as uniões entre pessoas afins , com algum vínculo de parentesco não consangüíneo, aquelas realizadas através das relações de compadrio ( espirituais), bem como, aqueles casamentos que referendavam claramente uma aliança entre duas ricas famílias, com ou sem laços de dependência expressos<sup>46</sup>. O segundo maior grupo de casamentos revelou-se entre os consangüíneos de até quarto grau, sejam de primos entre si, ou entre tios e sobrinhas. Por último, encontramos um terceiro grupo, bastante reduzido de uniões onde não se percebeu nenhuma ligação anterior entre os cônjuges<sup>47</sup>

A permuta matrimonial representava, antes de tudo, um princípio de reprodução social do próprio grupo, fazendo circular os bens materiais ou simbólicos, entre as mesmas famílias, assegurando sua estabilização no tempo e no espaço. A herança portuguesa de divisão igualitária da herança entre marido, mulher e filhos, apenas com a terça doada livremente, impunha apenas limites formais à livre disposição dos bens . Ante à hipótese da ameaça constante de fragmentação se interpunham estratégias matrimoniais, à produzir partilhas que conduziam à indivisão.

No contexto de consolidação do núcleo agrário-cafeicultor da Zona da Mata Mineira, cuja gênese vinculou-se ao interior mineiro e à transformação de capital mercantil em capital agrário, percebemos que essas estratégias familiares tenderam a um resultado comum, a uma estabilização, ao equilíbrio, conduzindo à preservação do patrimônio fundiário em grandes propriedades e à formação de uma sociedade altamente hierarquizada, controlada por grandes senhores de terras e de homens. O nascente núcleo agrário dependeu, nas suas origens, de capitais provenientes do setor mercantil mineiro e, conseguiu adquirir uma dinâmica própria, capaz de assegurar sua reprodução e altos níveis de acumulação.

Existem ainda poucos estudos que abordam a função do parentesco e do matrimônio na formação social brasileira. As análises, ainda preliminares, aqui realizadas, contribuirão

para a constituição de um modelo de comportamento das elites agrárias brasileiras , incorporadas na sociedade pré-capitalista, suscetível à intervenção de uma série de fatores de ordem extra-econômicos, como estes que acabamos de demonstrar .

O mesmo padrão de endogamia social, matrimônios consangüíneos, casamentos por aliança, parentesco ritual, dentre outros, constitui elemento reiterado em todos os trabalhos que analisam a natureza de sociedades agrárias no Brasil . As análises de E. Metcalf, E. Kuznesof, C. Bacelar e D. Costa para São Paulo, o de S. Faria para o Rio de Janeiro, o de K. Mattoso para a Bahia, L. Lewin para a Paraíba , somados a este contribuirão para a definição de um modelo de comportamento de elites agrárias no Brasil do século XIX .

## NOTAS:

---

<sup>1</sup> Professora da UFJF; doutora pela UFF

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Negócios de famílias : mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira- 1780-1870** . Tese de doutorado; UFF, 1999.

<sup>3</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza . **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836** Tese - (Livre docência em História) FFLCH/USP,1974; LUNA, Francisco Vidal. População e atividades econômicas em Areias (1817-1836). **Estudos Econômicos** , SP:,V.24,N 03,; MOTTA, José Flávio . **Corpos escravos, vontades livres : Estrutura de posse de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro ( Bananal 1801 -1829)**. Tese de doutorado - FEA-USP, 1990

<sup>4</sup> MARCONDES, R. L. **A arte de acumular na economia cafeeira. Vale do Paraíba século XIX.** Lorena, SP : Ed. Stiliano, 1998 . p. 76

<sup>5</sup> LUNA, Francisco Vidal . op. cit. p. 462

<sup>6</sup> NOZOE, N e MOTTA, F .Cafeicultura e acumulação. **Estudos Econômicos**, SP: v.24, n 2, pp 253-320, mai/ago.1994.

<sup>7</sup> Idem. p. 292

<sup>8</sup>BACELAR, *Carlos*. **Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno ( Sorocaba, séculos XVIII e XIX )**.Tese de doutorado,SP, 1994

<sup>9</sup> - Um importante trabalho sobre a formação da lavoura açucareira em São Paulo é o de PETRONE, Tereza S. **A lavoura canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851)** SP: Difel, 1968; Para a autora, Sorocaba fazia parte do quadrilátero do açúcar, que reunia também Piracicaba, Mogiguaçu e Jundiá

<sup>10</sup>KUSNESOFF, Elizabeth. **Household economy and urban development: São Paulo 1765-1836** ; Colorado: Westview Press, Deplain Latin American Studies, number 18, 1986

<sup>11</sup> FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil** .SP : Ed. Nacional, 23 ed. 1989; COSTA, Emília . **Da senzala à colônia** . SP: Ed. Ciências Humanas, 2 ed. 1982; FRAGOSO, João . **Homens de Grossa Aventura**.RJ: Arquivo Nacional, 1992

<sup>12</sup> COSTA, E. Viotti . op. cit.

<sup>13</sup> STEIN,S. **Vassouras . Um município brasileiro do café, 1850-1900**.Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1990

<sup>14</sup> SAINT- HILAIRE. A. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas gerais e a São Paulo** .SP : Edusp/Itatiaia., 1975

- 
- <sup>15</sup> WHATELY, Maria Celina. **O café em Resende no século XIX**. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1987, p.70 ; MUNIZ, Célia Maria Loureiro. **Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense**. Dissertação de mestrado - ICHF/UFF, 1979, p.164
- <sup>16</sup> LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. SP : Ed. Símbolo, 1979
- <sup>17</sup> Idem, p. 70
- <sup>18</sup> FRAGOSO, João R. op.cit
- <sup>19</sup> Idem. p. 296
- <sup>20</sup> Ibidem, p. 298
- <sup>21</sup> Idem, ibidem p.212
- <sup>22</sup> idem p. 25
- <sup>23</sup> SAES, Flávio . **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. SP : Hucitec, 1986, p. 55
- <sup>24</sup> Idem. p. 49
- <sup>25</sup> Outro importante trabalho desenvolvido sobre a cafeicultura mineira é o de ANDRADE, Rômulo. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco**. Tese de doutorado, USP, 1995
- <sup>26</sup> Pires, Anderson . **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora** . Dissertação de mestrado, UFF, 1993
- <sup>27</sup> TAUNAY, A. E. **História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: D.N.C, 15 vols, 1939-1945
- <sup>28</sup> PIRES, Anderson. op. cit.
- <sup>29</sup> Idem.pp. 95- 109
- <sup>30</sup> LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba** ,Rio de Janeiro: Record, 1993 ,P.114
- <sup>31</sup> LEVI, Giovanni. **Le pouvoir au village.: histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVII Siècle**. Paris : Gallimard, 1981 .pp169-192
- <sup>32</sup> METCALF, A. C. **Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820** . Texas: University Microfilms International, 1983 ; FARIA, Sheila. C. **Colônia em movimento .: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998
- <sup>33</sup> MATTOSO, K. **Bahia século XIX . Uma província no Império** . RJ : Nova Fronteira, 1992,p. 177 - 217
- <sup>34</sup> BURGUIÈRE, A . As mil e uma famílias da Europa. In: **História da família** . vol3. Lisboa : Terramar, 1998 p. 51
- <sup>35</sup> Para um maior aprofundamento acerca dos estudos na Europa sobre a perspectiva evolucionista das famílias e da percepção de seus traços estruturais básicos consultar : LASLETT, Peter. **Households and Family in Past Time**.Cambridge: Cambridge University Press,1972 ; ANDERSON, Michael. **Elementos para a história da família ocidental (1500-1914)**. Lisboa: Editorial Quercó, 1984.
- <sup>36</sup> KUSNESOF, E. **Household Economy and Urban Development : São Paulo. 1765 to 1836**. Op. cit
- <sup>37</sup> SAMARA, E. **As mulheres, o poder e a família .São Paulo século XIX**. SP : Marco Zero, 1989 ; KUSNESOF, E.op. cit. . RAMOS, D.A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838.In: **História e População** ; SP : ABEP, 1990 .FARIA,Sheila . op. cit.

- 
- <sup>38</sup> GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil no século XIX**. RJ: Ed UFRJ, 1997 , p. 27
- <sup>39</sup> Idem, pp. 35-37
- <sup>40</sup> BACELAR, C. **Os Senhores da Terra** : família e sistema sucessório de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas : CMU/ Unicamp, 1977
- <sup>41</sup> LEVI, Giovanni. Op. cit.
- <sup>42</sup> REVEL, Jacques. In: LEVI, Giovanni. op. cit. pp I - XXXIII
- <sup>43</sup> LEWIN, Linda. op. cit
- <sup>44</sup> Para Burguière , de acordo com os hábitos que presidiam as heranças, estabelecia-se um plano no qual se inscreviam as estratégias individuais, fazendo circular os bens materiais ou simbólicos . Das mais aristocráticas às mais pobres, as famílias inspiravam, através de práticas educacionais, morais e do casamento, a gestão e a divisão dos bens, como as estratégias de transmissão. BURGUIÈRE, A . op. cit. p. 53-55
- <sup>45</sup> METCALF, A . op. cit. Já o trabalho de Margarida Moura, para uma pequena localidade camponesa no sul de Minas Gerais, na década de 1960, partiu de uma leitura similar. A autora utiliza conceitos antropológicos de família e parentesco, para a compreensão dos padrões de herança da localidade. Os conceitos de descendência e afinidade foram utilizados como expressões de relações de propriedade que permaneceram através do tempo, desde as sociedades mais primitivas como as atuais. Portanto, numa realidade onde a presença numerosa de filhos ameaçava a excessiva fragmentação da propriedade e, ao mesmo tempo, buscava o beneficiamento coletivo, a solução estaria no estabelecimento de regras de herança' . MOURA, Margarida. **Os herdeiros da terra. Parentesco e herança numa área rural**. SP: Hucitec, 1978.
- <sup>46</sup> Para maiores informações a esse respeito consultar OLIVEIRA, M. R. **Negócios de famílias** ... op. cit.
- <sup>47</sup> As uniões realizadas sem qualquer tipo de aliança entre as partes evidencia a existência de uma brecha nesse modelo, refletindo uma flexibilidade para a aceitação de elementos de fora do quadro da elite local, uma referência `a autonomia, à liberdade de escolha , que se tornariam tendência com o passar dos anos.. Para E. Kuznesof o século XIX inauguraria um modelo de casamento mais exogâmico. KUZNESOF, E. A família na sociedade brasileira : parentesco, clientelismo e estrutura social ( SP 1700-1980) . IN: **Famílias e grupos de convívio; Revista Brasileira de História**, vol 09; n 17, SP: ANPUH/Marco Zero, 09/88-02/89